

ITALIANOS NO SUL DAS MINAS GERAIS (o caso da Freguesia de São José do Picú)

Paulo Paranhos

Prof. Dr. Alexandre Augusto Moreira Santos¹

Resumo: *Alguns aspectos da imigração italiana para a freguesia de São José do Picú, atual município de Itamonte, no sul das Minas Gerais, no final do século XIX e início do século XX.*

Abstract: *Some aspects of Italian immigration to the parish of São José do Picú, current municipality of Itamonte, in the south of Minas Gerais, at the end of the 19th century and beginning of the 20th century.*

Introdução

O Brasil é um país de imigrantes. Aqueles que aqui chegaram, deixando a terra onde nasceram e seus lares, fizeram a grandeza desta nação. O fato é que muitos desses imigrantes se viram inclinados a embarcar rumo ao desconhecido, por questões as mais diversas: guerras, falta de oportunidades em suas pátrias, perseguições políticas, perseguições religiosas, e até mesmo a vontade de começar uma nova vida em um outro território para ali plantar os seus sonhos e ideais.

A imigração de europeus e asiáticos para o Brasil do século XIX ainda merece estudos mais aprofundados, principalmente naquilo que respeita à adaptação a uma nova realidade, a um país tropical que não oferecia um aparato estrutural suficiente para acolher milhares de pessoas que tinham línguas diversas, costume diversos e, mais ainda, condições sociais diversas.

¹ Alexandre Augusto Moreira Santos é engenheiro civil e professor da Universidade Federal de Itajubá; ex-prefeito de Itamonte, nos mandatos de 2017 a 2020 e 2021 a 2024. É coautor, com Paulo Paranhos, do livro *Do Itapejú a Itamonte, histórias & memória*, editado em 2022. Alexandre Augusto é descendente dos Scarpa.

Saturado de mar, bagagens, casacões, pesos de longas viagens, o grupo de imigrantes penetra nos campos gerais. Em presença do verde, os corpos cansados retesam-se, convencidos de que estão a chegar. Embriagam-se com o ar saudável dos campos, dos capões, bem delicados, das reses que pastam ao longo das cercas que acompanham a estrada².

Com este sentimento, o historiador Newton Stadler de Souza inicia a sua obra *O anarquismo da Colônia Cecília*, um testemunho de assentamento italiano no Brasil do século XIX e que deu mostras de, apesar dos esforços governamentais de então, muitas foram as tentativas de fixação de imigrantes no interior, imigrantes que buscavam a terra brasileira, no oeste do Paraná, na atual cidade de Palmeira, que na realidade foi um exemplo de fracasso, pois apenas durou de 1890 a 1894 o sonho desses italianos em se estabelecerem em terras brasileiras.

Contudo, não foram poucas as oportunidades dadas pelo governo imperial de D. Pedro II para a fixação de imigrantes, e isto fica bem mais visível a partir da decadência da utilização da mão de obra escrava africana nas mais diversas culturas brasileiras. A partir da Lei Eusébio de Queiroz, seguindo pela Lei do Ventre Livre, da Lei dos Sexagenários, desembocando na Lei Áurea, a mão de obra dos campos escasseou.

O primeiro a empregar a mão de obra assalariada de europeus foi o senador e fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro. Entre os anos de 1847 e 1857, o senador trouxe várias famílias de origem portuguesa, alemã, suíça e belga para trabalharem em sistema de parceria na Fazenda Ibicaba, de sua propriedade. Nesse tipo de acordo, o proprietário de terras pagava todas as despesas com a viagem e a acomodação dos empregados. Ao chegar aqui, o colono estrangeiro participava nos lucros obtidos na plantação, mas também trabalhava até saldar suas dívidas.

Em pouco tempo outros fazendeiros copiaram essa mesma estratégia na obtenção de mão de obra. Vale destacar que, acostumados com a exploração dos escravos, muitos cafeicultores impuseram condições de trabalho desvantajosas aos colonos. A partir da década de 1870, a entrada de trabalhadores europeus no Brasil passou a ser oficialmente organizada pelo governo. Aproveitando das

² *O anarquismo da Colônia Cecília*, p. 8.

conturbações políticas na Europa, o império propagandeava as oportunidades de trabalho existentes no Brasil.

A realidade mostra que muitas dessas experiências não passaram apenas de experiências, haja vista o fracasso quanto à implementação do governo para garantir aos estrangeiros uma vida digna e que fosse realmente o Brasil uma terra em que pudessem fixar os laços familiares e agregar valores para o futuro.

Talvez que os versos da poetisa Ângela Torino Paletti, descendente de imigrantes italianos de São José do Picú (Itamonte), bem expresse o sentimento que ia n'alma de cada um que se aventurava em busca de novas oportunidades, em terra estrangeira, sem saber o que se lhe divisava e reservava o futuro.

*O navio apita...
E o imigrante chora...
Não sabe, no entanto,
Que reino encantado
O espera tanto...
Sê vales, planícies, serras...
Qualquer caminho que puder, tropeçaras em estranhas terras...
Em seixos de ouro e diamantes
Mas nunca mais suas raízes.*

Este artigo é uma homenagem aos imigrantes italianos que se radicaram no sul das Minas Gerais, mais especificamente na antiga freguesia de São José do Picú, atual Itamonte, e que deram uma contribuição significativa não só para o desenvolvimento da região, como também puderam fortalecer os laços de amizade que envolvia toda a colônia italiana naquele território sul-mineiro.

A imigração italiana em Minas Gerais

Ao longo dos primeiros anos da segunda metade do século XIX Minas Gerais se depara com um processo de substituição gradual de sua economia extrativista mineral pela economia agrícola, praticamente deixando de lado uma lavoura de subsistência que praticara ao longo dos séculos para, conforme anotou o professor Francisco Iglésias, *outra forma de exploração econômica: a grande*

*lavouira do café, que, penetrando em terras da Mata e do Sul, lançará Minas no mercado internacional, caracterizando-a, agora, como província agrícola*³.

Vale salientar que nas encostas da Mantiqueira, principalmente devido à ocorrência de geadas, a cultura de café não prosperou como em outras regiões, o que de início tinha no fumo o principal produto de exportação para o Vale do Paraíba e, principalmente, para o Rio de Janeiro. Processado nas próprias fazendas, e posteriormente nos chamados “Armazéns de Fumo”, eram transportados pelas tropas, sendo este o principal elemento que contribuiu para a prosperidade das fazendas e do comércio regional.



Monumento aos tropeiros localizado na cidade de Itamonte – BR-354

Foto do autor

Não restam dúvidas de que, a partir da introdução desse novo formato de economia, representado pelo plantio do café, surgiram dois importantes vetores que determinariam o avanço econômico de Minas Gerais, principalmente o sul do território: a construção de uma malha ferroviária, que alcançaria o interior a partir

³ “Minas Gerais”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, t. II, v. 2, p. 391.

da década de 1870 e a entrada de colonos, principalmente vindos da Itália, muitos deles em levadas organizadas pela orientação do governo imperial para a criação de núcleos coloniais, estando essa política de colonização do governo provincial em sintonia com as disposições da Lei imperial nº 514, de 28 de outubro de 1848, que determinava a concessão, a cada província do Império, de 6 léguas quadradas de terras devolutas para a fixação do colono, conforme ensinou a professora Norma de Góes Monteiro⁴.

Muitos desses assentamentos no sul de Minas Gerais, com a interveniência do governo imperial, foram realizados ao longo da incipiente malha ferroviária ou em idêntico tipo de estradas e, em muitos casos, como o de São José do Picú, num caminho⁵ que se acabava de abrir em direção ao vale do Paraíba, mas todos, indistintamente, através de trabalho assalariado, dando oportunidade para o povoamento de terras que ainda não tinham nem um pequeno arremedo de densidade demográfica, garantindo a esses estrangeiros o direito do acesso à terra, tornando-os também pequenos proprietários.

Todos os relatórios, aos quais se tem acesso na documentação de fontes fidedignas existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público Mineiro, denotam, claramente, a dificuldade não só do governo imperial quanto, no caso de Minas Gerais, do governo provincial em dar efetivas condições de trabalho a esses imigrantes que buscavam uma qualidade melhor de vida, na maior parte das vezes fugindo de conflitos armados na Europa. Um dos fatores que mais deixaram clara essa assertiva, nos estertores do século XIX, foi a escassez de subsídios governamentais para a alocação do imigrante em projetos agrícolas desenvolvidos nas províncias.

⁴ *Imigração e colonização em Minas*, p. 17.

⁵ A estrada do Picú foi sem dúvida o motivo do desenvolvimento do povoado de São José do Picú. Antes dela já havia moradores na região desde a metade do século XVIII, porém, a própria Paragem do Itapicú, que é mencionada em documentos daquela época, estabeleceu-se ao longo dos caminhos ou mesmo das picadas que já existiam. Além da própria picada do Picú, que deu origem à futura estrada, existia também uma variante do Caminho Velho, que passava pelo local onde os viajantes faziam parada para alimentação ou pernoite. A estrada do Picú trouxe o desenvolvimento para a região, e durante cerca de 60 anos foi o principal caminho por onde as riquezas, principalmente o fumo, eram escoadas para o Vale do Paraíba e para a Corte. A abertura dessa estrada, ligando todo o sul de Minas com o Rio de Janeiro e São Paulo, através da Mantiqueira, autorizada quando ainda era governador da província o capitão-general D. Manoel de Portugal e Castro, foi iniciada no dia 20 de julho de 1820 e concluída em 1825.

No caso de Minas Gerais, a situação era ainda mais incômoda, haja vista que o proprietário rural, com raras exceções, *mantinha-se marginalizado no processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre*, conforme muito bem expressado pela professora Norma de Góes Monteiro⁶. Agregue-se a isto uma série de divergências verificadas no seio da política nacional, com a vigência da Lei Áurea, o que forçou muitos empreendedores agrícolas, principalmente ligados ao café, encetarem discursos mais contundentes com relação à mão de obra, considerando os reflexos daquela lei.

Avançando, portanto, para uma política de enfrentamento da demanda de mão de obra exigida pela lavoura cafeeira, e chegamos à Lei provincial nº 3.598, de 6 de dezembro de 1888, que contratava com os engenheiros Joaquim Machado Fagundes de Mello e Manuel Caetano da Silva Lara, por intermédio da Companhia de Imigração e Colonização Mineira, para a entrada e localização de 25.000 imigrantes no sul de Minas Gerais, que seriam distribuídos ao longo da malha ferroviária das então Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Minas & Rio.

Tudo leva a crer que esses imigrantes teriam passado pelas chamadas Hospedarias, uma em Juiz de Fora (Horta Barbosa) e outra na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, para serem, então, alocados em fazendas do interior da província.

⁶ Idem.



Hospedaria da Ilha das Flores

Fonte da imagem: <https://blog.myheritage.com.br/historia-da-familia/hospedaria-da-ilha-das-flores/> - Acesso em: 20 jan. 2022.

Lembremos que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, começou a ser construída em 1883 para acolher os imigrantes que chegavam ao Rio de Janeiro para trabalhar, principalmente, na lavoura cafeeira. A ilha, segundo consta da obra de Reznik e Costa

*Foi escolhida por causa da sua curta distância do porto do Rio de Janeiro, pela proximidade de águas navegáveis, de estradas férreas, e por ser um local isolado, afastando os recém-chegados do contato com a população para evitar a contaminação por doenças*⁷.

Essa ilha deve ter sido, ao que tudo indica, o início da corrente imigratória que a partir de 1870 conduziria alguns italianos para o território de São José do Picú⁸, considerando para esse microcosmo os mesmos fatores que delinearam a

⁷ REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. *Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. p. 15-32.

⁸ Somente em 4 de setembro de 1927, por decisão da Lei estadual nº 955, a freguesia de São José do Picú passou a se denominar São José do Itamonte e, em 17 de dezembro de 1938, o Decreto-lei nº 148, conferiu-lhe a denominação atual de Itamonte.

entrada de estrangeiros no território mineiro. Não nos parece, todavia (e faltam dados mais robustos para que isso seja efetivamente considerado), que para São José do Picú tivessem seguido grandes levas de colonos, como, por exemplo, aconteceu em grande parte da Zona da Mata e no Sudoeste da província.

No entanto, nem o mais desavisado pesquisador pode desconhecer a importância dessa mão de obra que deu margem ao surgimento de significativos empreendimentos, não só agrícolas, como pecuários na região, haja vista a produção leiteira que ganhou notoriedade, posteriormente, em todo o estado de Minas Gerais.

É bem verdade que a República trouxe novas ideias com relação à participação do imigrante na vida nacional e não diferentemente aconteceu no estado de Minas Gerais, ainda mais na Primeira República, quando o interesse da classe produtora agrícola particularmente influenciava as decisões governamentais. Assim, manteve-se a política de assentamento de colonos, com a criação de subsídios próprios para a manutenção e até mesmo a extensão deles.

É ainda a professora Norma de Góes Monteiro quem nos socorre:

A Lei nº 19, de 26 de novembro de 1891, autorizava o Presidente do Estado a fazer operações de crédito com garantia de juros de 6% até o capital máximo de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) a empresas que se propusessem introduzir e localizar imigrantes, construir pequenas estradas de ferro vicinais, destinadas a ligar núcleos coloniais à estrada principal da zona; e construir vias férreas de bitola de um metro⁹.

Na realidade, todo esse novo entendimento vem na esteira do que o governo federal já havia decidido em 8 de abril do mesmo ano, quando determinou aos delegados do então Serviço de Imigração e Colonização que atentassem, dentre outros, para os seguintes pontos:

Melhor método de auxiliar a introdução de imigrantes; contratá-los ou não, e, no caso afirmativo, quais as condições principais que nos contratos deverão ser adotadas, já como vantagem para os introdutores, já para os fins de rigorosa fiscalização da execução dos mesmos contratos; meios de valorizar a terra, facilitando-lhe a

⁹ Imigração e colonização em Minas, p. 40.

*aquisição e assim promovendo o desenvolvimento da pequena propriedade*¹⁰.

Na sequência, um significativo mandamento legal – Lei federal nº 191-B, de 30 de setembro de 1893 –, daria mais chances à imigração para o território nacional, com o custeio do serviço de entrada, transporte e localização, o que veio a beneficiar sensivelmente o governo de Minas Gerais, que, além das verbas públicas, receberia em 1895 cerca de 50 famílias (num total de 309 pessoas) do sul da Itália. Contudo, logo logo todo esse aparato subsidiado pelo governo federal iria cessar, deixando ao encargo dos governos estaduais a tarefa de cuidar de suas colonizações.

O certo é que os dados da Hospedaria de Juiz de Fora mostram que entre os anos de 1894 e 1901 entraram no território de Minas Gerais 47.096 italianos. Por esses números pode-se afirmar que em sua grande maioria a imigração para Minas Gerais não foi espontânea, como muitas outras que aconteceram em diversas partes do Brasil. Essa hospedaria funcionava como acolhida aos imigrantes que chegavam de diversos portos, principalmente do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais. A Hospedaria Horta Barbosa tinha a finalidade de abrigar os imigrantes pelo prazo máximo de cinco dias, mas muitas vezes esse prazo se estendia, pois, os estrangeiros, em muitos casos, passavam lá mais tempo, até serem destinados aos seus futuros locais de trabalho.

¹⁰ Idem, p. 42.



Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora

Fonte: <http://familiafazzion.blogspot.com/2016/10/hospedaria-horta-barbosa-de-juiz-de.html> - Acesso em: 20 jan. 2022.

Há que se levar em conta também que, além da imigração incentivada, um grande número de italianos veio para o Brasil através do estímulo de parentes e amigos que por ali já se encontravam. Acreditamos que esse tenha sido o caso de São José do Picú, uma vez que não conseguimos informações de que houvesse qualquer tipo de programa de incentivo para a vinda e fixação de italianos, especificamente para aquela freguesia sul-mineira.

Tanto esse fato é verdadeiro, que pouquíssimas famílias se tornaram proprietárias de terras, dedicando-se principalmente ao comércio e às atividades especializadas, muito provavelmente as mesmas que exerciam antes de imigrarem para o Brasil. Repetindo: isto leva a crer que o estímulo dos primeiros imigrantes, e principalmente a presença de muitos padres de origem italiana, possam ter incentivado a vinda de tantas famílias para a região da Mantiqueira.

Os italianos em São José do Picú

Por certo, de um jeito ou de outro, muitos italianos estiveram nas terras do Picú, desde o início da formação do arraial, nos primórdios do século XIX, sem a necessária intervenção governamental, quer imperial, quer provincial. Porém, essas passagens não foram registradas, e possivelmente não se fixaram na região antes da metade do século XIX.

O primeiro registro de imigrantes italianos residindo em São José do Picú se dá em 1874, quando o *Almanach Sul-Mineiro* daquele ano aponta a presença na então freguesia de José Candia, caldeireiro de profissão, como era chamado aquele que trabalhava com a fabricação e conserto de objetos metálicos, como tachos e demais vasilhames. O seu nome original com certeza foi alterado, pois era italiano nato, conforme registrado à época. De José Candia não se teve mais notícias, e nem mesmo de algum descendente. O mais provável é que tenha se mudado da freguesia, pois o almanaque de 1884, quando trata do comércio de São José do Picú, não faz menção àquele personagem.

Conforme já assinalado, os italianos entraram principalmente pelo porto do Rio de Janeiro, ficando em princípio albergados e registrados na Hospedaria da Ilha das Flores, seguindo posteriormente para Juiz de Fora ou, pelo que pudemos apurar, em Pirai, próximo ao entroncamento ferroviário, em uma hospedaria. Daí eram direcionados para o sul de Minas Gerais.



Hospedaria de Pirai

Fonte: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/en/casos-de-estudo/casosdeestudo/678-fazenda-do-pinheiro> - Acesso em: 20 jan. 2022

Essa hospedaria, localizada em uma fazenda que originalmente pertencera ao barão de Pirai, foi deixada como herança para seu genro, o comendador José de Souza Breves. Em 1890 o governo federal declarou a fazenda de utilidade pública e a desapropriou para a instalação, no ano seguinte de uma hospedaria para imigrantes, abrigando-os durante a epidemia de cólera ocorrida

na capital, o que fez com que muitos ali alojados fossem realocados em hospedarias como a de Juiz de Fora e de Pirai.

A hospedaria de Pirai contava com diversas construções para moradia dos imigrantes, administração da hospedaria e hospital. Foi extinta em 1897 e parte da fazenda cedida ao Ministério da Guerra, abrigando o 12º batalhão de Infantaria, o que de igual sorte também ocorreu com a hospedaria de Juiz de Fora.

Desta forma, é de se acreditar que, ainda nos escorando na conformação geográfica de então¹¹, muitas famílias de imigrantes italianos que vieram para a freguesia de São José do Picú, no final do século XIX, com grande probabilidade de chances passaram pela hospedaria de Pirai. A presença de italianos na freguesia está bem constatada nas edições do *Almanach Sul-Mineiro*, de 1874 e 1884, quando se verifica que diversas pessoas de nacionalidade italiana passaram a ter presença naquela comunidade, com mais importância a partir do início dos anos de 1880. É bem verdade que no ano de 1874 sua presença era praticamente nula; contudo, já em 1884 aquele almanaque registra um comércio, principalmente os chamados “secos e molhados” e “fazendas e armarinhos”, sendo feito em sua maioria por imigrantes italianos, como Braz Brasi, Domingos Perroni, José Lopreta, Raphael Solla, Victor Torino, Luiz Lanne, Luiz Moradei e Nicolau Scarpa.

Algumas das famílias italianas

Durante o final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, muitas famílias italianas chegaram e, por algum tempo ou de forma definitiva, fixaram sua residência na freguesia de São José do Picú. Nesse tempo de muita luta, ali viveram momentos de alegria e tristeza, deixando seus nomes gravados nos livros de registro, civis ou paroquiais, em momentos marcantes na vida de cada um deles.

Desses homens e mulheres resgatamos inúmeras famílias que plantaram em solo brasileiro e deram excelentes frutos. Famílias que, por determinado tempo, ou de forma permanente, ajudaram na construção do atual município de Itamonte e da sua identidade cultural, que além das que foram identificadas até o momento, outras ainda surgirão com o avançar de novas pesquisas históricas.

¹¹ Tanto a distância quanto as condições viárias de Pirai para São José do Picú eram melhores do que aquelas que demandavam da cidade de Juiz de Fora.

A história de cada uma dessas famílias é significativa, não apenas para seus descendentes, como também para a comunidade itamontense, que teve na chegada desses italianos um novo alento em um período de grandes dificuldades, principalmente econômicas.

Família Scarpa

No ano de 1876 chega à freguesia, vindo do outro lado da serra da Mantiqueira, exatamente do local conhecido como Palmital, o italiano Nicola Maria (Nicolau) Scarpa. Nicolau nasceu no dia 28 de novembro de 1851, na localidade de Salento, província de Salerno, região sul da Itália. Emigrou para o Brasil fugindo das agruras causadas pelo processo de unificação italiana, que impôs enormes sacrifícios, provocando uma grande onda migratória no final do século XIX, principalmente em direção às Américas.

Em 1870, aproximadamente, com quase 20 anos, partiu para o Brasil em busca de melhores oportunidades. Na época, no Brasil fervilhavam movimentos ligados ao fim da escravidão e se buscava mão de obra na Europa para substituir os escravos na lavoura, principalmente na do café, totalmente dependente daquela mão de obra.

Nicolau desembarcou no Rio de Janeiro e logo chegou ao vale do Paraíba fluminense, então grande produtor de café. Em Resende, onde se estabeleceu, conheceu Henrique Sivory, de família italiana, cuja pai teve ligação de trabalho e amizade com o imperador D. Pedro II. Henrique Sivory era importante comerciante e político, e se tornaria mais tarde importante personagem na história de Resende.



Família Scarpa – da esquerda para a direita, em pé: Evangelina, Rita, Amélia (mãe).
 Antônio, Henrique, Pedro, Maria José e Carmelinda
 Sentados: Betina, Nicolau (pai) e Rosina
 Fonte: Acervo do Dr. Alexandre Augusto

Em 1875 Nicolau desposou a irmã de Henrique, Amélia Francisca. Órfã de mãe, Amélia Francisca Sivory teve como tutor seu irmão Henrique, que fez com que a irmã tivesse uma formação refinada, estudando nos melhores colégios da época. Segundo informações colhidas em importante trabalho com os dados da família Moreira Scarpa, de autoria de Maria Angelina Moreira dos Santos, neta de Amélia, ela teria nascido em Nápoles, possivelmente às vésperas da viagem para o Brasil, e, por dificuldades ou conveniência da família, somente aqui foi registrada.

Como dote, Nicolau recebeu uma faixa de terra na Serra da Mantiqueira, no local conhecido como Palmital, que se localizava às margens da estrada do Picú e era ponto de parada para os viajantes que transitavam por essa via de acesso para o sul de Minas Gerais.

Nicolau e Amélia moraram por pouco tempo no Palmital. Acredita-se que já no ano seguinte tenham vendido essas terras e se transferido para o outro lado da serra. A nova morada da família também ficava às margens da estrada do Picú,

bem próximo ao local conhecido como Samambaia à cerca de 1 légua do arraial de São José do Picú.

Ali construiu a fazenda, onde desenvolveu seu bem-sucedido comércio e criou toda a família. Após alguns anos, mais precisamente no ano de 1881, construiu a sede da fazenda, que se mantém até os nossos dias, sendo uma das mais importantes construções históricas do município de Itamonte, juntamente com a igreja, conhecida por Capelinha, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, e que dá nome ao lugar e ao bairro que ali se formou.

Todos os nove filhos do casal nasceram na Capelinha, sendo a primogênita, Rita, nascida em 1877, a primeira filha de imigrantes italianos registrada no livro de batismo da paróquia da freguesia de São José do Picú.

Nicolau viveu na fazenda da Capelinha por aproximadamente 40 anos, usufruindo a família com o que produzia e comercializava, pois, além de fazendeiro, era comerciante, mantendo um movimentado negócio em sua propriedade, onde paulatinamente se desenvolveu uma pequena comunidade. Também negociava com as vilas do vale do Paraíba e com o Rio de Janeiro. Nessa época, os produtos iam e vinham através da Mantiqueira, em lombo de burros dos tropeiros da região.

Com a inauguração em 1884 da estrada de ferro, um rápido desenvolvimento foi experimentando na região, com a inauguração da estação de Capivary, que deu agilidade à exportação de produtos regionais para os grandes centros. Nicolau se aproveitou disso e passou a enviar seus produtos para o Rio de Janeiro por via ferroviária. Em seguida, associou-se com o comerciante Delfim Pereira Pinho em uma casa de comércio situada nas imediações da estação ferroviária. Delfim Pereira Pinho tinha fortes ligações com o arraial de São José do Picú, pois era casado com Rita Catharina, filha de Antônio da Motta Paes, um dos grandes fazendeiros da freguesia.

Em 1915, Nicolau, Amélia e toda a família se mudaram para o distrito de Itanhandu. No ano de 1918 a fazenda da Capelinha foi vendida para os irmãos José Pereira Pinto Carvalhal e João Pereira Pinto Carvalhal Filho, que mais tarde a dividiram em duas propriedades, permanecendo a sede da fazenda Capelinha na propriedade de José Pereira Pinto Carvalhal e de seus descendentes até os dias presentes. Nicolau viveu em Itanhandu por mais 15 anos, tendo falecido em 30 de março de 1930, aos 84 anos de idade.

Dos Scarpa temos poucos representantes ainda residentes no município, pois praticamente toda a família se mudou no início do século XXI para a nascente Itanhandu.

Família Torino

Modesto Torino nasceu em 1833 na cidade de Eboli, província de Salerno, Itália. Ângela Rosa Guida nasceu em 1858 na cidade de Lagonegro, região de Basilicata, província de Potenza, também na Itália. Em 1871, na cidade de Lagonegro, Modesto e Ângela Rosa se casaram e lá tiveram 3 filhos. A bordo do navio a vapor *Mondego*, em 1877, Modesto, Ângela e os filhos chegaram ao Rio de Janeiro no conhecido Centro de Triagem, na Ilha das Flores. Por razões desconhecidas, a filha Maria Torino ficou na Itália. No Brasil, poucos dias após sua chegada, a família Torino, possivelmente influenciada por amigos já ali residentes, seguiu para a freguesia de São José do Picú.

Dadas as dificuldades para quase todos os imigrantes daquela época, Ângela faleceu com pouco menos de um ano em terras brasileiras, apenas dois meses após batizar seu filho mais novo, Salvador. Contudo, Modesto Torino continuou vivendo, criando seus filhos até todos alcançarem a idade adulta.

Liberato Torino (foto), o filho mais velho, mudou-se para a freguesia de Sant'Ana do Capivary, distrito de Pouso Alto, onde se casou com Carminella Blota e o casal teve dez filhos. Assim como acontecera com a mãe, faleceu muito cedo, com 44 anos de idade em 1916.



Com a morte do irmão mais velho e desde pequenos sem a mãe, os outros dois irmãos já adultos, Paschoal e Salvador, casados com as também irmãs Francisca e Maria Paulina, resolvem, juntos com o pai Modesto, tentar a vida em São José do Barreiro. Naquele município do estado de São Paulo, Modesto Torino, já com idade avançada, viveu com os dois filhos e faleceu em 25 de dezembro de 1930.

A família Torino, através dos descendentes de Liberato e Carminella, continua presente e atuante no município de Itamonte e no vizinho distrito de Sant'Ana do Capivary.

Família Cagnoni

Pietro Cagnoni era natural de Armi, no norte da Itália. De espírito aventureiro, partiu rumo ao Brasil, em busca de uma vida nova, sem, contudo, trazer sua esposa Angelina, que era natural de Pietra Santa, e seus três filhos, Amélia, Anna (Anucha) e Joseph (Pepe).

Chegando ao Brasil, também por influência de conhecidos, Pietro partiu para a freguesia de São José do Picú, onde fixou residência.

Durante um longo tempo, após sua partida, Pietro Cagnoni deixou sua esposa sem notícias de seu paradeiro e sua situação no Brasil. Angelina Cagnoni, angustiada por essa situação, demonstrando imensa coragem, juntou suas economias e, com os filhos, partiu de Pietra Santa rumo ao Brasil, na esperança de encontrar o marido, cujo paradeiro já lhe teria sido informado no ano de 1889.

Na Itália, a família de Pietro e Angelina dispunha de alguma posse, pois Angelina, ao contrário da imensa maioria dos imigrantes, trouxe consigo as joias que possuía, pertences em porcelana, tecidos em seda pura e várias peças valiosas existentes em sua residência, como cristais de Murano e outros pertences.



Família Cagnoni: Pietro, Angelina e filhos
Fonte: Acervo da Família Cagnoni \ Leone

A viagem foi de longos e sofridos quarenta dias aproximadamente, tendo Angelina mais tarde contado que durante o período no mar ela e os meninos sofreram muito com as intempéries, e com a situação que viveram, com pessoas que adoeceram, e outras que faleceram antes de chegarem ao tão sonhado Brasil. Nos casos de falecimento, o destino dos seus corpos era o fundo do mar.

A família se reuniu em São José do Picú, e, com o dinheiro que trouxe, adquiriu uma casa que transformou em comércio. Ali criou seus filhos e, além dos três que vieram da Itália, mais cinco nasceram em solo brasileiro. Foram sete mulheres e um homem. Mesmo depois de viúva, Angelina continuou conduzindo seu comércio com sucesso, sem, contudo, esquecer-se da caridade com os menos favorecidos.

Um fato curioso a respeito do sobrenome Cagnoni na comunidade do Picú é que, devido à tradição de se passar adiante apenas com os filhos homens que constituem família, e que na família Cagnoni houve uma prevalência de mulheres, apurou-se que no ramo de Itamonte já não temos mais esse sobrenome, embora seus descendentes tenham muito orgulho de sua origem e tradição.

Família Cernicchiaro / Siniscarchio

A família Cernicchiaro se inicia em São José do Picú com a chegada do imigrante Giuseppe Cernicchiaro, nascido em 1839, na localidade de Maratea, região da Basilicata, sul da Itália.

Não se tem exatamente a data de sua chegada ao Brasil, porém, estima-se que tenha sido próximo ao ano 1860. Chegou em São José do Picú bem mais tarde, por volta de 1880, tendo residido primeiramente na cidade de Carangola e depois em Maria da Fé. Giuseppe era conhecido por José Carangola. Era caldeireiro por profissão, especializado no manuseio com o cobre. Passou a seus filhos não apenas a profissão como também o apelido.

Giuseppe casou-se duas vezes e teve um total de quatorze filhos. Um deles, José Cernicchiaro Filho (também Carangola), como caldeireiro foi responsável pela construção da primeira caixa d'água e da rede de distribuição de São José do Picú. Também foi o criador do jardim na lateral da igreja matriz, onde esculpia os pequenos arbustos nas mais diferentes formas.

Um fato interessante ocorrido com a família foi que, a partir 1942, os netos de Giuseppe Cernicchiaro, Francisco Cernicchiaro, mais conhecido como “Chico Carangola” e José Cernicchiaro Filho, passaram a adotar para seus

descendentes o sobrenome Siniscarchio. A explicação dada por familiares que pesquisaram o tema foi que o sobrenome foi trocado no período em que Francisco Cernichiaro serviu o Exército, no que foi seguido por seu irmão mais novo. Não foi fato incomum a perseguição aos descendentes de italianos durante a Segunda Guerra Mundial, inclusive com troca de sobrenome. O que se estranha é que normalmente trocavam por algum sobrenome usado na língua portuguesa, o que não foi o caso. Vale salientar que há registros da existência de outros descendentes de italianos, no início do século XX, com o sobrenome Siniscarchio, sem, no entanto, ser possível identificar qualquer parentesco com os Cernichiaros.

Família Ordine

Os irmãos Ordine são originários da cidade de Diamante, na região da Calábria, no sul da Itália. Eram ao todo seis irmãos: Luigi, Ettore, Giuseppe, Pasquale, Archangelo e Elvira, filhos de Raffaele Ordine e Giovannina Di Luna. Quatro deles, com certeza, vieram da Itália para São José do Picú, possivelmente na última década do século XIX, porém, de Pasquale Ordine e Archangelo Ordine, não foram encontrados registros. Sabe-se apenas que Archangelo era padre.



Giuseppe e Archangelo Ordini

Fonte: Maurício Ordini

Dos Ordine, hoje poucos são os representantes na comunidade itamontense. Giuseppe Ordine, assim como sua irmã Alzira, estabeleceu-se em São José do Picú, sendo que, mais tarde, parte de seus descendentes se mudaram para Itanhandu, onde a família é mais numerosa. Giuseppe Ordine era casado com Isolina Siniscarchio Ordine e moravam no bairro da Conquista, onde eram proprietários de um pequeno comércio.

Ettore Ordine casou-se com Carolina Leone, também de família de imigrantes. Seu primeiro filho nasceu no Picú, mas o que se tem registrado por um de seus netos¹² é que se mudou com a família para a cidade de Santa Rita de Caldas, onde criou seus filhos e deixou uma grande descendência.

Com os irmãos Ordine veio para São José do Picú um primo, que também tinha o nome de Paschoal, e sua esposa Maria Antonia Amália Vicenza Santoro.

Paschoal Ordine casou-se em segundas núpcias com Elvira Ordine, que era sua prima, tendo com ela quatro filhos. Por informações confirmadas, Paschoal Ordine retornou com a família para a Itália, em 1910, fixando-se na sua cidade natal, Diamante, onde também deixou descendentes. Retornaram para São José do Picú, e alguns anos depois um ramo da família se mudou para a cidade de Itanhandu. Faleceu em 1962, beirando os cem anos de idade.

Família Santoro

Da família Santoro sabe-se que os primeiros a chegarem em São José do Picú, pouco antes de 1880, foram Francesco Salvatore, Maria Biasi Santoro e sua irmã Maria Antônia Amália Vicenza Santoro, deixando na Itália, também na localidade de Diamante, seus pais, Giuseppe Santoro e Marianna Ferranti, e mais cinco irmãos.

No Picú fixaram residência na localidade denominada de Quilombo, atual bairro do Picuzinho, onde Francesco se casou com Maria Santoro, com quem teve sete filhos: José Santoro, João Santoro, Mariana Santoro Couto, Rita Santoro Guedes, Carmélia Santoro (foto), Maria Santoro Guimarães e Castorina Santoro dos Santos.



Francesco Santoro foi proprietário de um comércio e uma rancharia, local onde era servida alimentação para os viajantes da estrada do Picú. Foi assassinado por um desconhecido, no mesmo bairro onde morava, no dia 14 de setembro de 1910, quando abria seu comércio. Especulou-se à época que o crime teria sido encomendado, ou mesmo cometido por um dos seus devedores, já que Francesco

¹² As informações foram passadas aos autores por Maurício Ordini, ex-prefeito do município de Itanhandu.

Santoro tinha como negócio o empréstimo de dinheiro para terceiros, mediante cobrança de juros. Tal prática pode ter levado algum devedor a uma vingança.

Sua irmã, Maria Antônia Amália Vicenza Santoro, veio da Itália já casada com Paschoal Ordine. Ali, no ano de 1894, tiveram um filho de nome Horácio Ordine, e se têm relatos que teria mandado construir a primeira capela do bairro Picuzinho.

Família Romanelli

A história da família Romanelli em Itamonte se inicia no final do século XIX, quando por ali chegaram Francisco Romanelli e Maria Luiza Romanelli, ambos italianos. Ele, filho de Pantaleo Romanelli e Domenica Ricchiuti, nascido em Comune Di Novi Velia, Província Di Salerno, em novembro de 1863, e ela, filha de Giuseppe Romano e Maria Maddalena Talarico, nascida em Comune di San Marco Argentano, Província di Cosenza, em julho de 1867.

Casaram-se em Comune di Marco Argentano em 24 de setembro de 1885 e, logo após, embarcaram para o Brasil, onde inicialmente fixaram residência na cidade de Passa Quatro e, logo após, em São José do Picú, onde tiveram oito filhos, sendo eles: Pantaleão, Maria, Domingos, José, Cirio, Eduardo, João e Luiz Romanelli.



A foto registra Maria Luiza Romanelli com os filhos, José, João, Pantaleão e Eduardo

Fonte: Acervo da Família Romanelli

Francisco se tornou comerciante, possuindo uma venda no Largo da Matriz, atual Praça Francisco Mira, além de uma casa, na qual residia com a família. Com o comércio, adquiriu estabilidade financeira e ascensão social na comunidade. Após alguns anos, Francisco e Maria Luiza se mudaram, com quase toda a família, para a cidade de Cruzeiro, no estado de São Paulo, onde vieram a falecer.

José Romanelli foi o único dos filhos a fixar residência em São José do Picú após a mudança dos pais, tendo iniciado a vida como tropeiro, transportando fumo para o Rio de Janeiro. Após alguns anos, passou a trabalhar como produtor rural, dedicando-se à pecuária de leite e à produção de queijos, com a tradicional marca “Romanelli”, na Fazenda Conquista, no bairro Conquista, onde residiu com a família. Com seu espírito de comerciante, herdado de Francisco, também construiu e fez funcionar outros laticínios, em bairros da então freguesia. Ali se casou com Helena Romanelli, com a qual teve sete filhos, sendo de suas descendências a inúmera família que leva o nome Romanelli na atual Itamonte.

Família Zaroni

Giácomo Zaroni nasceu em 1838, na localidade de Chivizzano, província de Lucca, Itália, filho de Augusto Pelegrino Zaroni e Catherina Zaroni.

Ainda jovem lutou na guerra de unificação da Itália, fazendo parte dos soldados comandados por Giuseppe Garibaldi, que anos antes lutara no Brasil, na Revolução Farroupilha.

Terminada a luta, e em razão de perseguições políticas e da miséria do pós-guerra, emigrou com mais dois irmãos, rumo às Américas. Um dos irmãos ficou nos Estados Unidos, outro foi para Buenos Aires, e Giácomo decidiu ficar no Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 1870.

No Brasil adotou o nome de Jacó Zaroni (foto), tendo de início desempenhado a profissão de mascate. Em suas andanças partiu para a província de Minas Gerais, pela antiga estrada que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo, tomando, no caminho, a direção de São José pela estrada do Picú.



Estabeleceu-se como comerciante em São José do Picú e em 1874 o *Almanach Sul-Mineiro* o relacionava como um dos principais comerciantes da freguesia. Casou-se com Emiliana Pinto Zaroni, filha de Satiro Pinto, com quem teve três filhos, e se mudou para a cidade de Conceição do Rio Verde, onde instalou uma fábrica de sabão.

Em 1886 Jacó Zaroni volta para São José do Picú, retornando com sua casa de comércio. Pouco tempo depois perde sua esposa, ainda muito moça, e se casa novamente, agora com uma prima de sua primeira esposa, de nome Maria Theodora da Conceição Motta Arruda, por volta de 1892. Maria Theodora era filha de Antônio da Motta Paes e Cesária Vaz Pinto, da freguesia de São José do Picú, sendo na ocasião viúva e mãe de cinco filhos.

Além de seus três filhos do primeiro casamento, dos cinco de sua segunda esposa, Jacó Zaroni e Maria Theodora tiveram mais seis, totalizando uma grande família de quatorze filhos.

Atraído pela recém-construída Estação do Capivary, muda-se com a família para Itanhandu. Posteriormente, acompanha seu terceiro filho, do primeiro casamento, Arlindo Zaroni, e se muda para a vila de Maria da Fé, onde o desenvolvimento trazido pela ferrovia também atraía muitos comerciantes. Nesse local veio a falecer em setembro de 1928.

Seu filho Arlindo Zaroni foi casado com Genuína, filha de seu sócio Delfim Pereira Pinho, que era genro de Antônio da Motta Paes, um importante político do então Distrito de Itanhandu. Em Maria da Fé, Arlindo Zaroni foi figura de destaque, não apenas como industrial e comerciante, como também como político, tendo destacado papel na emancipação e administração do futuro município.

Referências

- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Colonização Brasileira*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1972. t. 1, v. 1, livro 5.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.
- PARANHOS, Paulo; SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. *Do Itapecú a Itamonte: histórias & memória*. Itanhandu, 2022.
- REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha

das Flores. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, jan./mar. 2019.

SOUZA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

VEIGA. Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

VEIGA. Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.